

mormente aquando da revisão da estrutura de comandos NATO, concluída em Junho de 2003, com reconhecido êxito para Portugal, face ao desiderato de ser mantido um quartel-general de nível operacional da NATO em território nacional, o Joint Command Lisbon.

Será igualmente justo destacar a excelência da actividade por si desenvolvida no âmbito da NATO Response Force, da NATO Force Structure, e, de uma forma geral, no campo da transformação da Aliança, nomeadamente quanto ao conceito de *usability*, cujo trabalho final, de sua autoria, mereceu destacados elogios por parte das entidades NATO envolvidas no processo, daí resultando prestígio para a instituição militar. A sua disponibilidade, interesse e entusiasmo permitem-lhe, ainda, desenvolver trabalhos de elevada qualidade mesmo fora da área que lhe está atribuída, como é o caso da iniciativa dos Battlegroups da União Europeia.

O seu dinamismo está ainda bem patente na forma como tem liderado a preparação e contribuído para a realização dos exercícios de gestão de crises da NATO (CMX) e, ainda, da harmonização do Manual do Sistema de Alerta Nacional com o NATO Crisis Response System Manual, recentemente aprovado pelo NAC e em cujo desenvolvimento colaborou em representação de Portugal, tendo em vista a elaboração do futuro Manual do Sistema Nacional de Gestão de Crises.

Trata-se de uma difícil e importante actividade, em que se tem empenhado denodadamente e que tem conseguido levar a bom termo mercê da sua perseverança e capacidade de iniciativa, qualidades que, aliás, tem posto ao serviço do seu Departamento em todas as inúmeras situações em que foi chamado a participar e que lhe permitiram um elevado desempenho profissional de que muito tem beneficiado a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

Dotado de um elevado espírito de sacrifício e notável sentido do dever, o tenente-coronel João Quadros demonstrou sempre um exemplar sentido de responsabilidade, lealdade, abnegação e rigor, mostrando-se digno de ocupar funções de maior risco.

Pelas excepcionais qualidades e virtudes militares evidenciadas e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, o tenente-coronel João Quadros tornou-se credor de elevada consideração, sendo, pois, de toda a justiça que veja os seus serviços reconhecidos e considerados extraordinários, relevantes e distintos.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 13.º e 16.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao NIM 19599583, tenente-coronel de infantaria João Vasco Sousa de Castro e Quadros.

4 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 315/2006 (2.ª série). — Louvo o 22684, capitão-de-fragata Jorge Manuel Zambujal Chícharo, pela elevada competência profissional como, desde Maio de 2003, desempenhou as funções que lhe foram cometidas no Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional.

Na área de responsabilidade que lhe estava confiada, de entre as diversas tarefas que executou com notável eficiência, mercê de objectivas, sensatas e realistas análises, merecem particular destaque as que desenvolveu no âmbito do ciclo de planeamento de forças da NATO, mormente as relacionadas com o estudo e preparação da diversa documentação nacional, e, também, com a efectivação das diversas reuniões ocorridas em Portugal relacionadas com aquele complexo processo, o qual, graças ao seu empenho, entusiasmo e capacidade organizativa, foi possível levar a bom termo, atentas as dificuldades inerentes ao referido processo.

De igual forma, merece especial relevo, entre outras, a forma proficiente como realizou o acompanhamento, estudo e elaboração das propostas nacionais relativas aos compromissos assumidos por Portugal, no âmbito dos Prague Capabilities Commitments.

Para além da excelência do trabalho desenvolvido no âmbito específico da sua área de responsabilidade, merece ainda evidência, pelo profissionalismo, rigor e eficácia, a actividade exercida em proveito do cumprimento global das tarefas específicas do seu Departamento, nomeadamente na elaboração de estudos e propostas tendo em vista uma melhor organização interna do Departamento e, ainda, a sua capacidade para coordenar actividades multidisciplinares no âmbito da NATO, o que permitiu uma ajustada sintonia dos trabalhos relativos à Aliança Atlântica produzidos pelo Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa.

Revelando excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destaca um elevado sentido do dever e de obediência, o capitão-de-fragata Zambujal Chícharo demonstrou sempre um elevado sentido de responsabilidade, espírito de sacrifício, lealdade e abne-

gação, mostrando-se digno de ocupar funções da maior responsabilidade.

Pelas qualidades e virtudes militares patenteadas, pela constante afirmação de elevados dotes de carácter, o capitão-de-fragata Zambujal Chícharo tornou-se credor de elevada consideração, sendo, pois, de toda a justiça que veja os seus serviços serem reconhecidos como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 20.º, na alínea b) do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de mérito militar de 2.ª classe ao 22684, capitão-de-fragata Jorge Manuel Zambujal Chícharo.

4 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 1346/2006 (2.ª série). — *Procedimento concursal para preenchimento de cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.* — Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por despacho de 20 de Janeiro de 2006 do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, se encontra aberto procedimento concursal para preenchimento de cargo de direcção intermédia do 1.º grau, área de Organização e Sistemas de Informação, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo I à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

1 — Área de actuação — organização e sistemas de informação, de acordo com as competências previstas nos artigos 11.º a 13.º do Decreto Regulamentar n.º 14/95, de 23 de Maio.

2 — Requisitos formais de provimento:

Licenciatura em Ciências Informáticas e ou Engenharia Informática e de Computadores;
Seis anos de experiência profissional em carreiras para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

3 — Perfil pretendido:

Experiência profissional nas áreas de competência do cargo a prover;
Domínio técnico profundo da área de actuação;
Capacidade de organização e dinamização de equipa multidisciplinar.

4 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista pública.

5 — Composição do júri:

Luís Augusto Sequeira, secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional.
Isabel Maria Vargas de Sousa Elias da Costa, directora de Serviços de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.
Professor Almiro de Oliveira, docente na Universidade Católica, na Universidade Autónoma de Lisboa e no Instituto Superior de Economia e Gestão, na área de tecnologias de informação.

5 — Formalização de candidaturas — os interessados deverão enviar requerimento de candidatura ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Avenida da Ilha da Madeira, 3.º, 1400-204 Lisboa, acompanhado de *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso e da publicitação na bolsa de emprego público.

20 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Louvor n.º 68/2006. — Louvo o coronel ENGEL NIP 036601-D, Eduardo Agostinho de Paiva Brito Coelho, pela elevada competência profissional e excelentes qualidades humanas que tem evidenciado ao longo de cerca de cinco anos de serviço na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED).

Colocado na DGAED em 20 de Outubro de 2000, inicialmente como chefe de divisão de Projectos de Armamento e Equipamentos de Defesa, passa a exercer, após selecção por escolha, o cargo de director de serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos, a partir de 20 de Maio de 2004.

Ao longo deste período, o coronel Brito Coelho provou ser um oficial íntegro, muito leal, de uma absoluta correcção de atitudes, mas firme no seu carácter e nas suas convicções, que associou à sua excelente preparação técnico-profissional uma vasta experiência, quase única, de quem teve a oportunidade de participar de uma maneira ou de outra em quase todos os grandes programas e projectos de armamento que foram atribuídos, ou que a DGAED acompanhou, e de que destaque, entre muitos outros, os programas do helicóptero *NH-90*, e de desmilitarização de munições e do avião *P-3*. A riqueza de uma tal associação tem sido bem visível na excelência do trabalho que vem produzindo, designadamente na qualidade e fundamentação dos inúmeros pareceres que tem elaborado sobre as variadas e complexas questões relativas a aquisições de bens e tecnologias militares.

O mérito da sua acção incluiu a coordenação, orientação e apoio da actividade da Divisão de Qualidade, Normalização e Catalogação, que se encontra na sua dependência funcional, particularmente durante o processo de implementação do sistema integrado de gestão do Ministério da Defesa Nacional, bem como a acção persistente e dedicada que tem dado no relacionamento com as indústrias de defesa, promovendo e incentivando a ligação a associações de indústrias, empresas e outros organismos, promovendo a divulgação de novas oportunidades, designadamente no quadro da NAMSA. A este nível, foi também altamente meritório o esforço que desenvolveu na preparação e acompanhamento de novos processos relativos à autorização para o exercício da actividade de indústria de armamento.

No plano internacional, foi inequívoca a forma competente e empenhada como sempre defendeu os superiores interesses nacionais, de acordo com as orientações superiores, em diversos *fora*, designadamente como representante nacional no Board of Directors da NAMSA, no NATO Movement and Transportation Group e no Logistic Staff Meeting do Senior NATO Logisticians Conference. No plano bilateral, para além das diversas reuniões em que participou, merece ser destacada a forma como tem representado a DGAED na Comissão Bilateral Permanente Portugal-Estados Unidos da América, onde, uma vez mais, confirmou a sua reconhecida competência, apurado sentido de oportunidade e das responsabilidades e natural facilidade de estabelecer sólidas e cordiais relações pessoais.

Pelas razões apontadas, é-me particularmente grato destacar, através deste público louvor, os serviços prestados pelo coronel Eduardo Agostinho de Paiva Brito Coelho, os quais muito prestigiaram a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa e, consequentemente, o Ministério da Defesa Nacional, devendo ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

18 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Fernando de Campos Serafino*.

Louvor n.º 69/2006. — Louvo o coronel de administração aeronáutica NIP 031481-B, Nuno José Alves dos Ramos, pela acção altamente meritória que tem desenvolvido na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED) desde há cerca de quatro anos e, muito em especial, desde 30 de Novembro de 2004, data em que assumiu as funções de director de serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações.

Ao longo deste período, soube dirigir de forma exemplar a sua direcção de serviços, em resultado de um apurado sentido das responsabilidades, comprovada competência profissional, rectidão de carácter e pelas suas excelentes qualidades humanas que convergem numa natural capacidade de liderança, em que conjuga, de forma correcta e equilibrada, a palavra certa de incentivo e a disponibilidade permanente para com os seus colaboradores, com a maior exigência e rigor no serviço, que as matérias de grande sensibilidade e responsabilidade que estão dentro da sua área de competência recomendam.

Do vasto conjunto de actividades que desenvolveu, merece particular destaque a forma como tem coordenado o acompanhamento dos múltiplos e complexos contratos e programas de reequipamento das Forças Armadas, seja no âmbito do Núcleo de Acompanhamento da Execução da Lei de Programação Militar ou no âmbito interno da DGAED, recolhendo, de forma metódica e cuidada, informação essencial sobre as diferentes matérias associadas, coordenando o seu tratamento, fazendo recomendações fundamentadas, oportunas e pertinentes e coordenando a produção de relatórios e outra documentação, onde procura sempre apresentar com a maior clareza e rigor todos os elementos de informação requeridos.

A seu cargo teve a ainda a condução do processo de adesão ao portal SCIP, relativo a aquisições via FMS, em fase final de implementação, a coordenação e o acompanhamento dos programas SIFI-

CAP, a coordenação e produção de inúmeros pareceres sobre projectos de decretos-leis relativos à actividade de controlo de importações/exportações de bens e tecnologias militares, aquisições no âmbito da defesa, bem como outros assuntos, muitas vezes em apoio das outras direcções e repartições da DGAED. Tem sido bem patente a sua total disponibilidade para o serviço, interesse profissional e alto sentido das responsabilidades, que o creditam como um oficial de eleição, merecedor da maior confiança e digno de ocupar postos de maior responsabilidade.

Particular destaque deve ainda ser dado à actividade que desenvolveu como representante nacional no Depot Level Maintenance Steering Group, Legal Contracting and Finance Committee e no Board of Directors, ambos da NAPMO/NATO, e no Finance and Administrative Committee da NAHEMO, bem como, enquanto perito nacional, em representação do Ministério da Defesa Nacional, nos trabalhos conducentes à publicação sobre o Livro Verde da Comissão Europeia sobre aquisições na área da defesa.

O coronel Nuno José Alves dos Ramos é um oficial muito leal, de comprovada competência profissional, que por todas as razões expostas é justo merecedor deste público louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários, relevantes e de elevado mérito, os quais muito prestigiaram a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa e, consequentemente, o Ministério da Defesa Nacional.

18 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Fernando de Campos Serafino*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Aviso n.º 1347/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta, na vitrina do 4.º piso, junto à sala 448, na Avenida da Ilha da Madeira, em Lisboa, a lista de antiguidade com referência a 31 de Dezembro de 2005 do pessoal do quadro da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

24 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 2854/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 180 dias a comissão do capitão-tenente SEF 67680, José Manuel Cardoso Neto Simões, no desempenho das funções de assessor técnico do projecto n.º 1, «Organização superior da defesa e das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

9 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Despacho n.º 2855/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 180 dias, com início em 4 de Março de 2006, a comissão do primeiro-tenente 22593, Luís Pedro Dantas Pereira de Castro, no desempenho das funções de assessor técnico do projecto n.º 2, «Componente naval das FFDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série,